Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Pernambuco
Informativo - Ano XIV - nº 170
RECIFE |MARÇO| 2015

GARRA

Marco Mondaini fala sobre a ameaça à **democracia** ▸▸ página 10

Mala Direta Postal
Básica
9912264199/2010-DR/PE
SINDSEP/PE
CORREIOS

Não abrimos mão da **democracia**

▸▸páginas 2, 4, 5 e 6

Mais **verba** para **deputados** no **Orçamento** da União

▸▸ página 3

O **15** de **março** sob o **olhar** do historiador **Antônio Paulo Rezende**

▸▸ páginas 7, 8 e 9

OPINIÃO

Por um **Estado democrático** de direito

O povo brasileiro deu uma grande lição ao mundo nas últimas eleições presidenciais. A maioria do eleitores foram às urnas e escolheram Dilma Rousseff para ocupar a cadeira de presidente da República, consolidando um pouco mais a ainda frágil democracia nacional.

Esse é o maior período democrático da história brasileira, com 26 anos contados a partir das eleições presidenciais de 1989. No entanto, segundo o Índice Democrático criado pela revista *The Economist* por meio de pesquisa feita em 167 países, o Brasil ocupa a 45ª posição dos países democráticos. A pesquisa levou em conta o processo eleitoral e o pluralismo, as liberdades civis, o funcionamento do governo, a participação popular e a cultura política.

É diante desse quadro de consolidação da democracia que assistimos a grupos opositores ao projeto vencedor irem às ruas para pedir o impeachment de Dilma e o retorno dos militares ao poder.Os inconformados são, em sua grande maioria, integrantes de uma elite nacional que está insatisfeita com os avanços democráticos conquistados nos últimos anos, por meio de uma melhor distribuição de renda e garantia de direitos.

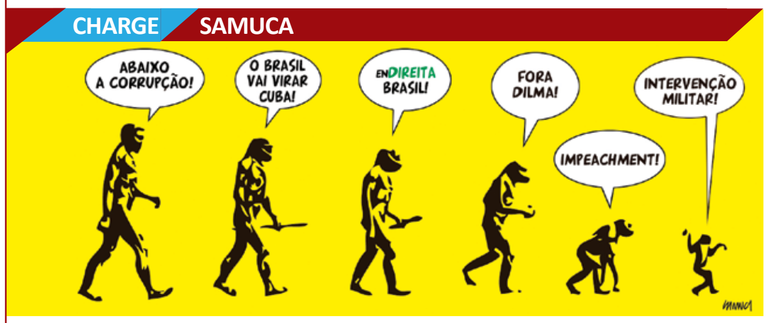
Eles perderam as mucamas que trabalhavam em suas cozinhas em troca de salários irrisórios ou mesmo de uma cama e de um prato de comida. Deixaram de ter exclusividade para seus filhos em universidades, para seus carros nas vias urbanas e para seus egos em histórias de viagens ao exterior.

Hoje, essa elite é estimulada pelos grandes meios de comunicação que, com a propagação das manifestações de rua, acabaram por arrastar brasileiros e brasileiras das mais diversas classes sociais para engrossar o cordão dos 'insatisfeitos'. Os mesmos meios de comunicação que apoiaram o Golpe Militar de 1964.

Enquanto isso, trabalhadores e trabalhadoras, movimentos sociais, profissionais liberais e políticos progressistas que sempre estiveram preocupados com a evolução democrática brasileira ocupam as ruas para defender a democracia, reforma política, conquistas trabalhistas e avanços sociais. Ocupam e continuarão ocupando. Pois não há como permitir que a democracia seja um joguete nas mãos de uma elite preconceituosoa e raivosa, que não aceita igualdade de direitos.

Isac dos Santos
Secretário de Imprensa do Sindsep-PE

CHARGE SAMUCA



ÚLTIMAS

Campanha Salarial 2015

Em abril, sindicato realiza assembleias

A direção do Sindsep-PE inicia em abril a divulgação da Campanha Salarial 2015 nos órgãos federais, tanto da capital quanto do interior. Até o fechamento desta edição, o calendário com as datas das assembleias não tinha sido fechado. Acompanhe pelo Garra Diário e pelo site do sindicato, que em breve ele será divulgado.

O objetivo dessas assembleias é apresentar e discutir a pauta da Campanha Salarial com os servidores, bem como reforçar a importância da mobilização de todos para que a categoria consiga avançar na luta por melhores salários e condições de trabalho.

Em 2015, os servidores reivindicam um aumento de 27,3%, baseado no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), como forma de reajustar os vencimentos e recompor perdas salariais dos últimos anos. A regulamentação da negociação coletiva no setor público também é uma prioridade para os servidores, assim como o reajuste dos benefícios e a volta da paridade entre os ativos, aposentados e pensionistas.

O Núcleo dos Aposentados e Pensionistas já iniciou a divulgação da Campanha Salarial para o seu segmento. No dia 31 de março foi realizada uma assembleia, no auditório do sindicato, em Recife. A reunião foi destinada aos filiados da Região Metropolitana. No interior, as assembleias vão acontecer conjuntamente com os servidores da ativa e aposentados.

ATENÇÃO

EXPEDIENTE

Revista editada pela Secretaria de Imprensa do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Pernambuco
Rua João Fernandes Vieira, 67 – Boa Vista
CEP 50.050-200 Recife – PE
Fone: **3131.6350** Fax: 3423.7839
Home: **www.sindsep-pe.com.br**
e-mail: sindsep@sindsep-pe.com.br
imprensa@sindsep-pe.com.br

Coordenação Geral
Maria das Graças de Oliveira
Secretaria Geral
José Carlos de Oliveira
Secretaria de Imprensa e Divulgação
Isac dos Santos Neto,
Sérgio da Silva Goiana
e Valdemar Joaquim de Santana

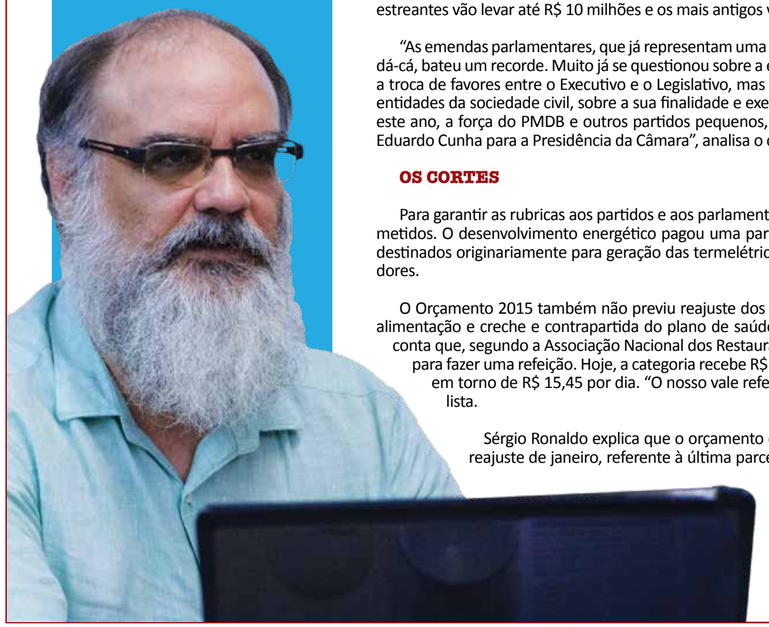
Jornalista Responsável e Edição
Fabíola Mendonça
Texto
Fabíola Mendonça (DRT-2506),
Deyse Lemos (DRT 3909),
Alexandre Yuri (DRT 2942)
Revisão **Mª de Lourdes Souto Maior Araujo**

Fotos **Arquivo SINDSEP-PE e Divulgação**
Ilustrações **Samuca**
Projeto gráfico, capa e diagramação
Karla Tenório (DRT-2468)
Impressão **CCS**
Fone: 3458.0000
Tiragem 12.500 exemplares

DINHEIRO PÚBLICO

Orçamento 2015 prioriza **emendas** de deputados e **fundo** partidário

> "Muito já se questionou sobre a existência de tais emendas, porque elas permitem a troca de favores entre o Executivo e o Legislativo".



Desde que tomou posse no início do ano, o Congresso Nacional - o mais reacionário dos últimos 50 anos - vem protagonizando situações questionáveis, mas que sequer são divulgadas ou criticadas pela mídia, preocupada apenas em desestabilizar o governo Dilma. A última da Câmara dos Deputados foi ter aprovado, no dia 17 de março, o Orçamento de 2015 da União. Além de não ter valorizado o serviço público e o funcionalismo federal, a peça orçamentária traz pelo menos duas aberrações: os aumentos dos valores dos fundos partidários e das emendas individuais dos parlamentares.

A verba destinada aos partidos políticos mais que dobrou. Passou de R$ 371,9 milhões em 2014 para R$ 867,6 milhões, triplicou de valor em relação ao que estava previsto inicialmente, R$ 289,6 milhões. Segundo o relator da proposta, Romero Jucá, o aumento do fundo partidário foi uma solicitação e um consenso entre as legendas de direita e esquerda.

Mas, a maior conta quem irá receber no orçamento deste ano são os próprios parlamentares. São R$ 12,37 bilhões para emendas individuais de deputados e senadores, o maior valor já consignado para esse tipo de ação até agora. Essa verba é direcionada para custeio, obras e serviços nas bases eleitorais dos congressistas em áreas como educação, saúde, esporte e turismo. Todo mundo lucrou no Congresso. Os estreantes vão levar até R$ 10 milhões e os mais antigos vão ter direito a R$ 16,32 milhões.

"As emendas parlamentares, que já representam uma distorção e contribuem para a política do toma-lá-dá-cá, bateu um recorde. Muito já se questionou sobre a existência de tais emendas, porque elas permitem a troca de favores entre o Executivo e o Legislativo, mas também porque há pouco controle, inclusive das entidades da sociedade civil, sobre a sua finalidade e execução. Talvez os valores alcançados representem, este ano, a força do PMDB e outros partidos pequenos, bastante fisiológicos, que apoiaram a eleição de Eduardo Cunha para a Presidência da Câmara", analisa o cientista político, Túlio Velho Barreto.

OS CORTES

Para garantir as rubricas aos partidos e aos parlamentares, alguns setores estratégicos ficaram comprometidos. O desenvolvimento energético pagou uma parte dessa conta. Foram cancelados R$ 4,8 bilhões destinados originariamente para geração das termelétricas a diesel, para evitar impacto para os consumidores.

O Orçamento 2015 também não previu reajuste dos benefícios dos servidores federais, como auxílios alimentação e creche e contrapartida do plano de saúde. O secretário geral da Condsef, Sérgio Ronaldo, conta que, segundo a Associação Nacional dos Restaurantes, no Brasil, é necessário no mínimo R$ 30,14 para fazer uma refeição. Hoje, a categoria recebe R$ 340 por mês que, dividido por 22 dias úteis é algo em torno de R$ 15,45 por dia. "O nosso vale refeição voltou a ser vale coxinha", enfatiza o sindicalista.

Sérgio Ronaldo explica que o orçamento deste ano só trouxe para os servidores federais o reajuste de janeiro, referente à última parcela dos 15,8% escalonados em três anos, com início em 2013, algo que já estava acordado. Ou seja, nenhum centavo a mais está reservado para o funcionalismo no Orçamento de 2015. Apesar da adversidade, a Condsef continua lutando por reajustes para os benefícios, bem como reajustes salariais.

Mobilização nacional em defesa do Brasil

Milhares de pessoas ocuparam as ruas de diversas cidades brasileiras, no dia 13 de março, durante a primeira mobilização nacional em defesa da Petrobras, do pré-sal, da democracia, da reforma política e dos direitos da classe trabalhadora. Em Pernambuco não foi diferente. Centrais sindicais, sindicatos, movimentos sociais, políticos de esquerda, profissionais liberais e a juventude pernambucana dominaram as principais ruas do centro do Recife, de forma pacífica, durante toda a manhã.

Empunhando faixas, bandeiras e vestindo camisas com mensagens em defesa do Brasil, os manifestantes cantaram, dançaram ciranda e caminharam pelas ruas, recebendo o apoio da população. A concentração teve início às 7h da manhã, ao lado da Câmara Municipal do Recife e do parque 13 de Maio.

"Defender a democracia é fundamental para que o Brasil avance no modelo de desenvolvimento que redistribua renda e inclua a maioria da população. E é isto que está sendo ameaçado por forças conservadoras que estão utilizando fatos ilícitos, ainda a serem investigados, para encobrir a sua verdadeira intenção", destacou a coordenadora geral do Sindsep-PE, Graça Oliveira.

A caminhada teve início por volta das 10h. Um carro de som e um grupo de percussão, que tocou e cantou versões de ciranda com letras em defesa da Petrobras e democracia, puxou a manifestação.

A chegada na avenida Conde da Boa Vista foi emocionante. Depois de uma parada estratégica para aguardar um grupo de servidores filiados ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Pernambuco (Sintepe), que estão em estado de greve, os manifestantes entraram na avenida, sendo aplaudidos por transeuntes e comerciantes locais.

"Eu não sou do PT e nem sou ligado a nenhum sindicato. Mas sou brasileiro. E não vou admitir que nos roubem a Petrobras", disse o comerciante Anderson Araújo.

O presidente do Sindicato dos Petroleiros (Sindipetro PE/PB) Marcos Aurélio Monteiro, lembrou que a Petrobras é responsável por 13% do PIB brasileiro e uma das maiores empresas mundiais do ramo. "Defendemos que as pessoas que roubaram sejam punidas. Mas as empresas brasileiras fornecedoras da Petrobras foram impedidas de dar prosseguimento a seus contratos e estão demitindo centenas de trabalhadores, gerando desemprego em todo o país e retração na economia. Isso é ruim para todo o Brasil", afirmou, destacando que o pré-sal já é responsável pela extração de 800 mil barris de petróleo ao dia.

REFORMA POLÍTICA

Os movimentos sociais que foram às ruas, os mesmos que combateram a ditadura militar, defendem o aperfeiçoamento da democracia com maior participação popular e com a retirada da influência do poder econômico sobre o processo eleitoral. Eles defendem a convocação de uma Assembleia Constituinte exclusiva e soberana para promover uma Reforma Política, que proíba o financiamento privado de campanha.

NACIONAL Sociedade em defesa da Petrobras

"Estamos aqui em defesa dos princípios democráticos, garantia de direitos individuais e coletivos, defesa do patrimônio público nacional e combate aos desmandos políticos que ocorrem devido ao financiamento privado de campanha. Precisamos de um plebiscito popular para a condução de uma reforma política séria. Também não vamos aceitar a retirada de direitos trabalhistas", observou o José Carlos.

"A única forma de se combater a corrupção no Brasil, entre empresários e políticos, é com a realização de uma reforma política com a participação popular. Não dá mais para ficar assistindo empresários comprando políticos para que seus interesses sejam defendidos após as eleições", complementou a diretora de Formação do Sindsep-PE, Inalda Barbosa.

MP 664 E 665

A manifestação também serviu de repúdio contra as medidas provisórias 664 e 665, que restringem o acesso ao seguro-desemprego, ao abono salarial, a pensão por morte e ao auxílio-doença. "Não podemos aceitar esses ajustes", destacou o presidente da CUT-PE, Carlos Veras.

Depois de passar pela avenida Guararapes, a manifestação foi encerrada na avenida Dantas Barreto, na praça da Independência. "A elite não se contentou em perder uma eleição democrática e está promovendo uma onda de preconceito no país. Não vamos aceitar isso. Esse é apenas o primeiro ato de rua que estamos realizando", concluiu o presidente do MST-PE, Jaime Amorim.

Além do Recife, houve mobilizações em outros municípios pernambucanos, como Petrolina, Caruaru, Serra Talhada, Santa Maria da Boa Vista e Petrolândia. Em Petrolina, a concentração começou logo cedo, na praça Bambuzinho. De lá, os manifestantes saíram em caminhada pelo centro da cidade. O Sindsep-PE foi um dos organizadores da atividade no município.

O petróleo é o X da questão

Informações negativas envolvendo a Petrobras, considerada a maior produtora de petróleo entre as empresas de capital aberto no mundo, estão dominando o noticiário brasileiro há meses. O acirramento foi iniciado na campanha presidencial de 2014, transformando-se num terceiro turno eleitoral, na tentativa de sangrar a Petrobras e o governo federal. Mas por que isso? Se voltarmos o nosso olhar para a era FHC, fica fácil entender.

O ex-presidente tucano tinha planos de vender a estatal para grandes multinacionais norte-americanas. Quando Lula assumiu o governo foi como um balde de água fria nesses interesses. Ele não só não vendeu a empresa como promoveu grandes investimentos na Petrobras a ponto de torná-la a maior empresa da América Latina em valor de mercado. Com a descoberta do pré-sal nacional, as multinacionais cresceram seus olhos mais ainda para a petroleira. Só que o governo implantou o modelo de partilha na exploração do petróleo.

Esse modelo torna a estatal operadora-chefe de todos os blocos no mar territorial. Em 2009, a Exxon e a Chevron foram assinaladas pelo consulado estadunidense no Rio de Janeiro por estarem tentando, em vão, alterar a lei da partilha. Para tornar as coisas piores aos olhos de Washington, Lula não apenas afastou a Exxon Mobil e a Chevron de suas posições de controle em favor da estatal Petrobras, como também abriu a exploração do petróleo brasileiro aos chineses.

Importante destacarmos que a produção de petróleo e gás natural no pré-sal atingiu, em janeiro de 2015, 824,2 mil barris por dia de petróleo equivalente (boe). A produção somente de petróleo foi de 670,1 mil barris por dia (bpd). Como o PSDB defende mudanças nas regras do pré-sal, em consonância com o que defende os EUA, a ascensão do partido ao poder passou a ser vista como uma possibilidade viável da retomada do poderio das multinacionais americanas junto ao setor de petróleo nacional.

Somos contra a corrupção no serviço público e defendemos a prisão de quem comete qualquer malfeito. Mas não admitimos a possibilidade de venda da maior empresa estatal do Brasil. A operação Lava Jato começou investigando esquemas de lavagem de dinheiro, mas quando esbarrou em contratos da Petrobras mudou completamente de direção e passou a ser instrumentalizada como uma arma da oposição contra o governo.

Os ataques acontecem por dois motivos: a Petrobras é uma grande empresa e querem reduzir seu valor para que ela possa ser vendida a qualquer custo a multinacionais; e as denúncias contra a empresa desgastam o governo e a ideia é que o PSDB retorne ao poder para viabilizar a venda.

Em síntese, nosso petróleo é o X da questão. Não foi a toa que o presidente Barack Obama baixou decreto, em março, alegando que a Venezuela, grande produtora de petróleo, tornou-se uma "ameaça não usual e extraordinária à segurança nacional e à política exterior" dos Estados Unidos.

MPs 664 E 665 Centrais sindicais na defesa dos direitos trabalhistas

Todos juntos em prol dos direitos trabalhistas

A CUT e demais centrais sindicais de Pernambuco realizaram uma manifestação no dia 2 de março contra as medidas provisórias 664 e 665. Os sindicalistas se reuniram na praça do Derby, no centro Recife, e marcharam pela avenida Agamenon Magalhães até a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE). Os trabalhadores ocuparam o prédio da Superintendência.

"Estamos aqui para defender o que é nosso. Não podemos aceitar que o governo reduza direitos trabalhistas. Se o Brasil passa por um problema fiscal, que promovam a taxação das grandes riquezas", disse a coordenadora geral do Sindsep-PE, Graça Oliveira, que participou da mobilização junto com outros diretores do sindicato.

Na concentração, os sindicalistas distribuíram panfletos contrários à alteração das regras de concessão do seguro desemprego, pensão por morte, seguro defesa, contidos nas MP 664 e 665. Além disso, os trabalhadores aproveitaram o ato para defender a Petrobras.

Na SRTE, uma comissão de trabalhadores foi atendida pelo superintendente interino do órgão, José Jeferson Lins. Durante a reunião, os sindicalistas mandaram um recado direto para a equipe econômica do governo federal. "Queremos um processo mais acelerado de negociação. Caso isso não aconteça, iremos ocupar, permanentemente, todos os prédios do Ministério do Trabalho", garantiu o presidente da CUT Pernambuco, Carlos Veras.

ATO Concentração no dia 13 de maio

Mais igualdade, liberdade e autonomia para as mulheres

A comemoração do Dia Internacional da Mulher, esse ano, foi comemorado por antecipação, no dia 6 de março. Os movimentos sindical e social realizaram um ato público e passeata pelas ruas centrais da cidade. Em pauta, a luta por mais igualdade, liberdade e autonomia para o gênero.

A concentração foi no parque 13 de Maio e reuniu um número expressivo de mulheres, principalmente jovens. A secretária de Mulheres da CUT, Madalena Silva, falou em nome das mulheres cutistas, lembrou a importância do 8 de Março e ressaltou a dificuldade das trabalhadoras. "Sofremos a maior rotatividade no mercado de trabalho", argumentou a sindicalista.

As mulheres lembraram uma triste estatística: são as maiores vítimas das doenças invisíveis, como a depressão, causadas principalmente pelas violências físicas e psicológicas e pelas duplas e triplas jornadas de trabalho.

CUT inicia agenda do 12º Congresso Nacional

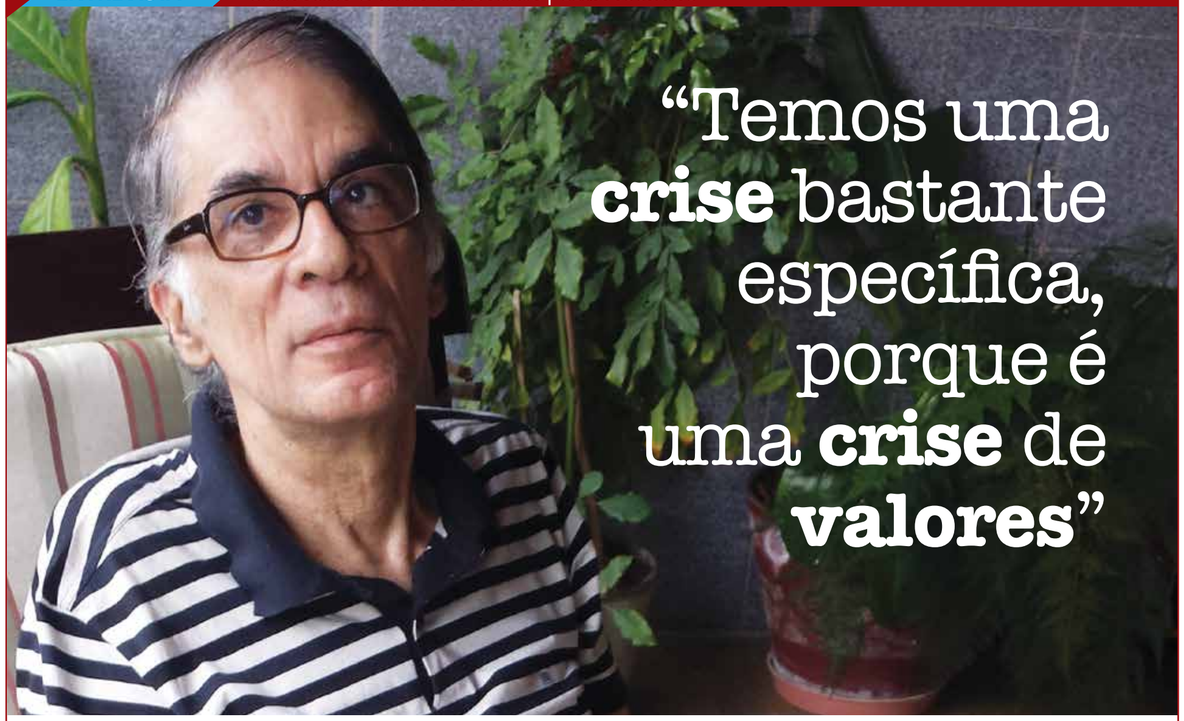
O Seminário sobre Política Econômica e Reforma Política, realizado no dia 4 de março, no Auditório Petrônio Portela, no Senado Federal, foi a primeira atividade do calendário do 12º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores, previsto para acontecer entre os dias 13 e 16 de outubro, em São Paulo. O evento contou com uma série de palestras e mesas redondas sobre as perspectivas e os rumos da economia brasileira e a reforma política.

Presentes no evento, o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Miguel Rosseto, e o ministro do Trabalho, Manoel Dias, enalteceram a importância da Central para a consolidação da democracia, criticaram a tentativa de golpe que setores conservadores tentam viabilizar contra a presidenta Dilma e apontaram conquistas dos últimos 12 anos.

O presidente nacional da CUT, Vagner Freitas, aproveitou a presença de representantes do governo para mandar um recado. Se por um lado a Central está indo às ruas em defesa dos direitos da classe trabalhadora, da Petrobras, de democracia e da reforma política, por outro, não abre mão dos direitos já conquistados.

Ele cobrou uma agenda positiva para os trabalhadores, com a discussão sobre o fim do fator previdenciário e a redução da jornada de trabalho sem redução de salário, além de criticar o ajuste fiscal, defendendo a taxação de grandes fortunas. A coordenadora geral do Sindsep-PE, Graça Oliveira, e a secretária de Políticas Pública da entidade, Lindinere Ferreira, participaram do seminário.

ENTREVISTA **Antônio Paulo Rezende** | Historiador



"Temos uma **crise** bastante específica, porque é uma **crise** de **valores**"

A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA TEM SIDO FRONTALMENTE DESRESPEITADA NOS ÚLTIMOS MESES POR SETORES DA SOCIEDADE QUE, SEM JUSTIFICATIVA JURÍDICA, PEDEM O IMPEACHMENT DA PRESIDENTA DILMA, ELEITA PELA MAIORIA DOS BRASILEIROS EM OUTUBRO DO ANO PASSADO. NO DIA 15 DE MARÇO, QUASE 2 MILHÕES DE PESSOAS FORAM ÀS RUAS DAS PRINCIPAIS CAPITAIS BRASILEIRA PEDIR A SAÍDA DA PRESIDENTA. ALGUNS, INCLUSIVE, CLAMAVAM POR UM GOLPE DE ESTADO, PEDIAM A VOLTA DO REGIME MILITAR. NÃO FALTARAM INCITAÇÃO AO ÓDIO E À VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E GESTOS PRECONCEITUOSOS E MACHISTAS. NA ENTREVISTA A SEGUIR, O HISTORIADOR E PROFESSOR DA UFPE, ANTÔNIO PAULO REZENDE, FAZ UMA ANÁLISE DESSA MOVIMENTAÇÃO E AVALIA, SOB O OLHAR DA HISTORIOGRAFIA, AS NUANCES DESSE MOMENTO.

GARRA – Como estudioso da História do Brasil e com um olhar aguçado acerca do comportamento do brasileiro, como o senhor avalia o atual momento político que o país passa?

ANTÔNIO PAULO REZENDE – A situação é de crise, mas dizer apenas que é uma situação de crise é repetir muito o que já vem sendo dito. Na verdade, é uma crise bastante específica, porque é uma crise de valores. Mais do que milhões que a Petrobras perdeu, mais do que as denúncias de corrupção, eu acho que a gente está perdido em relação ao que é a política. O poder parece que virou um grande negócio. Uma mudança no Brasil requer o repensar de uma ética política que recupere a confiança e a capacidade de renovação, de reformulação e que faça uma grande reforma na sociedade brasileira.

GARRA – O que levou a essa perda de valores?

ANTÔNIO PAULO – Os governos fizeram algumas mudanças significativas do ponto de vista social, mas temos uma concepção de mundo, que está muito entranhado em nós mesmos, bastante capitalista. Então, o que aconteceu? A gente exacerbou a ideia de consumir bastante, construir uma vida artificial em cima de cartão de crédito. A partir do momento em que isso retroage, que começam a surgir dificuldades, você começa a perder a capacidade de financiar tudo e isso tem uma influência muito grande nas relações políticas. Aquela perspectiva capitalista de que tudo é um negócio termina entrando no campo político. O PT assumiu o poder, mas o país continuou capitalista e não socialista, como muita gente pensa. Outra grande questão é que isso não se resume só ao Brasil. Com a globalização, o mundo virou intensamente capitalista. Você poderia pensar, por exemplo, há dez anos, o comportamento da China, no comércio internacional? Nunca. A China vem de uma revolução dita comunista, mas, hoje, tem uma

prática fundamentalmente capitalista. Então é importante a gente pensar que não é um drama só nosso. É um drama a partir do que se construiu dos negócios internacionais e a forma também de nós encararmos a vida, como uma eterna e grandiosa competição.

GARRA – Que análise o senhor faz dos protestos do dia 15 de março, aquelas pessoas, aqueles discursos, aqueles cartazes, aquela incitação ao ódio...

ANTÔNIO PAULO – Eu acho que tem pessoas que criticam o governo, que discordam do governo e que têm conhecimento histórico de toda trajetória política recente do Brasil. Mas, muitas pessoas entram nessas manifestações totalmente perdidas com relação ao significado que aquilo tem. Não sabe nem o que é uma democracia, não sabe o que é uma ditadura. Muitos não têm a mínima ideia do conteúdo que foi a ditadura, da exacerbação e da violência que houve na época do regime militar. E, por incrível que pareça, tem algumas pessoas que vão para ali se divertir. Isso cria uma confusão política muito grande. Você fica se perguntando: quem é essa oposição? O que essas pessoas estão querendo? Até que ponto também isso não revela um certo machismo com relação à figura de Dilma? Não estou fazendo nenhum julgamento político, mas sinto que também o fato de ela ser mulher influencia. Inclusive no desrespeito à autoridade presidencial. A gente tem que pensar que por trás de tudo isso, além da questão política e de poder, passam ressentimentos. É difícil acontecer uma discussão ética, democrática, que a gente consiga construir uma sociedade marcada pela solidariedade.

GARRA – Que semelhança o senhor ver em relação a 1964, ano do golpe militar, ou a 1954, quando do suicídio de Getúlio Vargas, depois da pressão popular e da mídia?

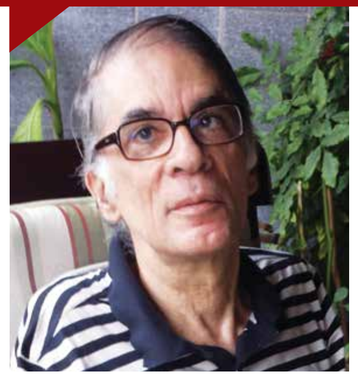
ANTÔNIO PAULO – Essas manifestações políticas mexem muito com o emocional. No caso de Getúlio, a campanha que se fazia pela mídia era terrível (interrompemos a resposta para perguntar se essa campanha midiática contra Getúlio era maior do que a que se faz hoje contra Dilma: Mais do que agora? O professo Antônio Paulo responde: Mais do que agora, não. Os recursos que existem agora são muito maiores, naquela época eram os jornais e rádios, praticamente). Então, o suicídio de Getúlio causou uma comoção nacional. Também não acho esse momento parecido com o de 1964. Esse momento está muito marcado pelo emocional. A gente sente um ódio, uma vingança, como se as pessoas tivessem perdido alguma coisa, tivessem ressentimentos antigos que estejam agora sacudindo para fora. Tudo bem, vamos mudar politicamente o país, mas quais são os políticos que irão governar o Brasil de uma forma diferente? Será que a gente não está precisando de outro tipo de mudança, de mudanças que influenciem no nosso cotidiano? Até que ponto nós também não procuramos levar vantagem naquilo que estamos fazendo? Por isso digo que é uma crise radical, porque é uma crise que mexe com nossas referências, inclusive familiares. Não é só a grande política. Mexe com a pequena política, com a micro-política.

GARRA – Esse ressentimento, esse ódio, alguns analistas chegam a defini-los como ódio de classe. O senhor acha que a luta de classe - que para algumas pessoas é coisa do passado, que o marxismo está ultrapassado – ainda é algo presente?

ANTÔNIO PAULO – Eu acho que existem certos incômodos. Vou dar um exemplo bem prático: há 15 anos, as pessoas que entravam no aeroporto tinham uma postura, uma forma de vestir, as pessoas se sentiam familiarizados com aquilo ali. O público que frequenta hoje o aeroporto é totalmente diferente daquele de 15 anos atrás. E assim vai... Tem muita gente que se sente incomodada de estar dividindo aquele espaço com pessoas que elas acham que não têm nenhuma estirpe social para usufruir daqueles bens. Eu acho que não é que a luta de classes tenha terminado. Mas ela se manifesta hoje de outra maneira. A gente não está mais na época da revolução industrial, da segunda revolução, e sim na época de uma sociedade baseada nos serviços, na informática, mas a disputa e a concorrência continuam. O que comanda muito a nossa formação é o consumo, que faz com que a gente apareça perante a sociedade: qual é o carro que a gente tem, qual o colégio que a gente estuda... A gente precisa ter um olhar mais profundo sobre o que é que o consumo influencia nas relações pedagógicas e políticas dentro da sociedade.

GARRA – Como o senhor analisa a atuação da mídia nesse processo e que comparação faz em relação a outros momentos históricos?

ANTÔNIO PAULO – Hoje, temos imensos recursos tecnológicos que facilitam muito a atuação da mídia. Existe uma manipulação muito grande, o que não significa que toda mídia queira manipular ou distorcer. Na mídia, como na sociedade, tem aquelas figuras que são críticas e têm aqueles que querem se aproveitar da situação para auferir algum ganho. Mas, acho que hoje ela tem uma importância fundamental, o facebook, o jornal, a televisão... A televisão, inclusive, forma muito nossos valores e mexe com a questão emocional. Muitas vezes a gente não é afetivo na vida particular e joga a afetividade para uma novela que está assistindo. A mídia é um grande poder. Agora, dizer que a mídia é a grande culpada de tudo o que acontece, é um exagero muito grande.



> “FIzemos grandes mudanças para ter mais liberdade e estamos vendo pessoas com 18, 19 anos, querendo a volta do regime militar”

GARRA – O que é intrigante é ver uma movimentação de rua contra o Executivo e nenhuma cobrança a deputados e senadores quanto à corrupção, por exemplo.

ANTÔNIO PAULO – No Congresso, de todo jeito, o poder está mais diluído, são vários deputados, vários senadores. Nós somos, excessivamente, presidencialistas. Por exemplo, aqui em Casa Forte (bairro nobre do Recife onde mora Antônio Paulo), já houve dois panelaços. E eu não sabia muito bem o que era aquele barulho, pensei que fosse alguma coisa de carnaval. Aí, fui ver, era um panelaço. E sempre a palavra de ordem era Fora Dilma! É como se Dilma tivesse o poder mágico de transformar tudo ou de não transformar nada. É uma visão totalmente distorcida que a gente tem da política. Porque Dilma não faz política sozinha. Eu, inclusive, não tenho a mínima ideia de como ela está aguentando essa carga. De todo jeito, estando certa ou estando errada, é uma carga emocional que vem desde a eleição. Tudo isso, acho, influencia no comportamento político dela. Talvez, a teimosia de que muitos a acusam, outros a acusam de generala, muita gente quer masculinizar a figura de Dilma. Isso merecia uma discussão. Por que generala? É figura militar dela? Eu acho que, por detrás disso daí – é algo que eu trabalho muito em sala de aula –, tem muito de preconceito machista.

GARRA – Em pleno ano de 2015, depois de séculos de intercaladas ditaduras, a democracia brasileira volta a ficar ameaçada. A historiografia tem uma justificativa para isso?

ANTÔNIO PAULO – Olha, se a gente discutir, por exemplo, a ideia de progresso, a gente vai entender muita coisa com relação a isso. O que domina no senso comum é a ideia de que na medida em que o tempo vai passando, a sociedade deveria melhorar. Só que a sociedade e a história não é só um caminho. A história vai, a história vem, a história se mistura... Se a gente pensasse no nazismo, no facismo. Se a gente pensasse no que veio antes, na Revolução Francesa. Aquele pessoal diria hoje: “mas está retornando ao passado. A gente fez uma revolução para ter direitos democráticos e a gente está vivendo agora o sistema facista”. Nós fizemos grandes mudanças para ter mais liberdade e estamos vendo pessoas com 18, 19 anos, e até mais velha, querendo a volta do regime militar. Eu acho que faz parte, inclusive, que cada um tem de ser responsável politicamente por aquilo que está fazendo. Quando você joga para os militares as coisas é uma forma de recuar e dizer: “resolve! Com autoridade, com violência, com alguma coisa que foge à minha responsabilidade.” Acho que até os militares devem estar incomodados com essa imagem que estão passando deles. Se a gente for pensar bem, nem todo militar é a favor da violência, nem a favor da ditadura.

GARRA – Diante desse quadro, o que podemos esperar daqui pra frente?

ANTÔNIO PAULO – É muito difícil saber o que vai acontecer. Há uma carência de formação política de uma forma geral. Se a gente for pensar nas lideranças políticas, quem são as figuras que poderiam empolgar a sociedade, que tenham um projeto de mudança? A gente pode pensar também o Partido dos Trabalhadores, o que representava o PT, o que representa o PT agora? Qual era a bandeira moral do PT, qual é a bandeira moral do PT hoje, ou qual a bandeira que ele pode sustentar diante de tantas acusações? Isso não significa que todas acusações são verdadeiras, mas existem acusações. Isso coloca o partido, que antes era totalmente contra a qualquer tipo de corrupção, no fogo, no vulcão. Eu tenho meus temores, porque eu vejo muita falta de clareza. Se fosse: a oposição está defendendo isso, isso e isso. O governo defende isso, isso e isso. Não. Eu vejo uma mistura muito grande entre o que a oposição diz, às vezes, e o que o governo diz.Os discursos mudam de um dia para o outro. É uma falta de firmeza, de lucidez. Tudo é possível dentro da história. A gente não está livre de um regime autoritário, mas é claro que a gente que tem consciência política deve lutar para que, democraticamente, continuemos com nossos direitos e nossos deveres. Eu acho difícil um novo golpe. Essa confusão ainda vai permanecer. Eu acho muito difícil que os militares queiram voltar. Eu acho que está existindo muita confusão por falta de projetos. E volto a repetir: do mesmo jeito que muita gente diz que não existe mais luta de classe – claro que não existe mais luta de classes como existiu antes -, muita gente esquece que fazer política significa ter uma concepção de poder. Poder e política estão totalmente relacionados. E ter uma concepção de poder também significa ter uma concepção de saber. Você pode baseado no saber. Que tipo de saber está sendo colocado para a sociedade? Eu, que trabalho com educação, percebo: o que é que se investe do ponto de vista da qualidade? Não é dar computador a todo mundo, que isso não resolve. O que é que se investe na educação, em termos de discussão, de reflexão? E na saúde? Os dois pilares da sociedade são saúde e educação. O que é que se faz em relação a isso? É muito importante a gente repensar e tornar a educação mais reflexiva, mais crítica, menos baseada na ideia do sucesso, da competição, da concorrência, da posse sobre objetos. Eu acho que isso tem uma influência muito grande na maneira de fazer política. Há uma coisificação social muito grande.

Análise

A história se repete

No domingo 15 de março, o Brasil retroagiu 51 anos. Assim como tentaram fazer esse ano, em 1964 – duas semanas antes do golpe militar -, as pessoas que ocuparam as ruas queriam depor um presidente eleito democraticamente pela maioria dos brasileiros. Foi assim com João Goulart e está sendo assim com a presidenta Dilma Rousseff. Mas quem financia essa campanha antidemocrática?

Assim como se deu há 51 anos, tal atentado à normas constitucionais vem sendo instigado pelos grandes meios de comunicação empresariais e pelos partidos de oposição ao governo, que perderam as eleições em outubro passado, mas não aceitam o resultado das urnas.

Um movimento que colocou cerca de dois milhões de pessoas em todo o Brasil custou caro. Há gastos com divulgação na internet, carros de som e pessoal técnico, pagamento de diárias a ‘manifestantes’, produção de camisas e faixas. A diária de um trio elétrico varia, em Recife, de R$ 2 mil a R$ 6 mil. Uma postagem foi realizada em uma rede social anunciando o pagamento de R$ 20,00, por hora, para quem quisesse aderir às mobilizações.

Entre os grupos que estavam à frente da convocação para o dia 15, o principal é a organização virtual *Movimento Brasil Livre*. Segundo o *The Economist*, o grupo foi “fundado no último ano para promover as respostas do livre mercado para os problemas do país”. O movimento tem filial em diversos estados brasileiros.

Entre os integrantes estão Luan Sperandio Teixeira, estudante de Direito do Espírito Santo; e o gaúcho Fabio Ostermann, fiscal do Instituto de Estudos Empresariais. Outros participantes são Rafael Bolsini, do Partido Novo e do EPL; e Juliano Torres, que se define como empreendedor intelectual, do Partido Novo, do Partido Libertários e do EPL.

Outro grupo que está por trás do protesto é o movimento virtual *Vem pra Rua*, financiado por nomes como os de Jorge Paulo Lemann, Carlos Alberto Sicupira, e Marcel Herrmann Telles. São três dos cinco homens mais ricos do Brasil, sócios em vários negócios, onde o mais conhecido é a Ambev.

O movimento *Revoltados on Line* é outra frente de direita que vem incitando os protestos. O grupo mantém uma página no Facebook e um blog, onde seus integrantes, com destaque para ex-pastor Marcello Reis, postam com frequência vídeos criticando o governo federal e conclamando todos para protestar a favor do impeachment. O movimento é tachado como oportunista por vender kits de camisetas e adesivos ao valor de R$175,00, além de diversas camisas com preços que variam de R$ 49,00 a R$ 99,99.

Segundo informações divulgadas pelo portal da Revista Carta Capital, empresários de pelo menos três estados (Pernambuco, São Paulo e Paraná) receberam telefonemas pedindo contribuições financeiras para a organização dos atos do dia 15 de março. Em um dos casos, o pedido foi feito diretamente por um deputado de oposição que usou o seguinte argumento: “Precisamos ajudar esse pessoal que está se mobilizando para tirar esses vagabundos do poder”. No entanto, o deputado integra o grupo de políticos que teve sua campanha financiada por empresas citadas na Lava Jato. Ou seja, para além de patrocinar um desserviço à democracia, essa turma que financia o golpe representa uma indústria que arrecada muito dinheiro.

Quando as **ruas mudam** de cor

As manifestações que tomaram conta das ruas do país no último 15 assinalam o retorno às ruas de um fantasma que parecia adormecido há 51 anos. Refiro-me, aqui, às marchas da família com Deus pela liberdade, que pavimentaram a estrada do golpe de Estado, responsável por jogar o Brasil numa ditadura civil-militar de triste memória, entre 1964 e 1985.

Não é meu propósito elencar os elementos em comum e as diferenças existentes entre as duas "marchas" ocorridas, com um intervalo de meio século, no mesmo mês de março, mas sim chamar atenção para o significado da mudança de cores das camisas, bandeiras e faixas das manifestações de 15 de março, quando comparadas com das inúmeras passeatas e comícios de massa ocorridos no país desde os comícios das Diretas em 1984.

As grandes lutas travadas pelas liberdades civis e políticas e pela igualdade social (permitam-me dizer pelos direitos humanos) na história recente brasileira confundem-se com a predominância do vermelho nas ruas - o vermelho que, no longínquo século 19, tornou-se um dos maiores sinais de identidade das esquerdas em todas as partes do planeta. Contrastando com o vermelho predominante nas grandes lutas democráticas levadas a cabo no Brasil, no final do século 20 e início do século 21, vem ganhando progressivamente as ruas, desde as jornadas de junho de 2013, o verde-amarelo.

O verde-amarelo que, para além de colorir a nossa bandeira, impôs-se como símbolo do nacionalismo tupiniquim - símbolo este não raramente instrumentalizado para fins pouco democráticos à medida que procura velar os conflitos e dissensos existentes na sociedade em nome de uma suposta unidade -, que, caso confrontada por movimentos sociais e políticos contrastantes, deve ser defendida com recurso à força. O "Brasil: ame-o ou deixe-o" do período Médici, que, atualizado, vem se tornando frequente na fala de conservadores e reacionários mais exaltados, por meio de um "Vá para Cuba! Vá para a Venezuela!".

> "No momento em que a defesa de uma intervenção militar ganha as ruas, alimentada pela fantasia de que o país estaria em meio a uma escalada comunista, é a própria democracia que se encontra sob risco"

Sim, as ruas mudaram de cor. Desde junho de 2013, elas já tinham um novo colorido, não obstante o fato de imperar ainda uma cacofonia, uma multidão de vozes que expressavam demandas múltiplas. Em 15 de março, uma inflexão nítida fez-se sentir de maneira inequívoca. Uma nova conjuntura política parece ganhar forma, impulsionada por uma única voz expressa com algumas nuances, as quais, no fim das contas, reivindicam não o fim de um governo, mas sim a interrupção do processo de democratização que, lentamente, vem se afirmando no país desde o fim dos anos 1970.

Dito de outra maneira, no momento em que a defesa de uma intervenção militar (ou, na sua versão mais "moderada", o clamor pelo impeachment) ganha as ruas de todos os estados da federação, alimentada pela fantasia de que o país estaria em meio a uma escalada comunista, é a própria democracia brasileira que se encontra sob risco. Dentro desse contexto, as graves denúncias sobre o esquema de corrupção existente na Petrobras, envolvendo partidos da base aliada do governo, exercem o importante papel de justificativa para a ressurreição do discurso golpista.

Ora, no momento em que não são apenas os oficiais reformados do Clube Militar a falar em intervenção, não há como se negar a existência da crise ou creditá-la exclusivamente à manipulação dos meios de comunicação de massa e dos partidos de oposição. Da crise, porém, pode-se abrir uma janela de oportunidade para o fortalecimento da democracia brasileira. Mas, para tanto, é preciso ousadia: dos setores progressistas da sociedade na defesa da legalidade; do governo federal, na implementação de um programa robusto de políticas sociais de natureza pública.

Sindsep-PE e Asserfesa se reúnem com **Capesaúde**

No dia 2 de março, diretores do Sindsep-PE e da Associação dos Servidores Federais de Saúde (Asserfesa) se reuniram com o representante da Capesaúde, Sérgio Sônego, no auditório da Funasa Recife, para discutir problemas que vêm ocorrendo com a assistência médica no Estado. A reunião contou também a participação de alguns servidores, que puderam esclarecer suas dúvidas.

Uma das principais queixas vem dos usuários do plano básico e está relacionada ao descredenciamento de estabelecimentos e profissionais de referência. Sônego explicou que hospitais maiores costumam fazer mais procedimentos em um atendimento de urgência, o que deixa a conta mais cara. Para reduzir os transtornos pelo descredenciamento do Hope e do Memorial São José, por exemplo, o gestor da Capesaúde anunciou que a empresa está firmando convênio com o Jayme Da Fonte.

Sobre os aumentos abusivos, Sônego foi enfático: "É melhor aumentar do que fechar". Ele explicou que o plano de saúde sempre deu os reajustes necessários, sem nunca fazer uma reserva para crises. Além disso, principalmente no Ministério da Saúde e Funasa, a faixa etária é alta. Os servidores estão envelhecendo, sem que venham novos contratados para equilibrar as contas. Ele explica que a assistência médica trabalha como a Previdência Social, pelo princípio da solidariedade.

> Entre as queixas dos servidores está o descredenciamento da Capsaúde a clínicas e grandes hospitais

"Sempre tive boa saúde, mal precisava do plano. Pensei que estava fazendo uma poupança para quando precisasse. Hoje, me sinto lesado", indignou-se Aguinaldo Câmara, 74 anos. "Quando era jovem mal utilizava o Capesaúde. Recebia até elogios do plano. Agora que preciso dele sou o quê? Marginal", completou Severino Júnior, 59 anos.

Sugestões para tirar o Capesaúde da crise

Na reunião com o Capesaúde, o Sindsep-PE e a Asserfesa fizeram algumas sugestões na tentativa de sanar a crise financeira existente. "Precisamos de uma auditoria médica e das contas do plano de saúde. Se caminhar a esse passo, daqui a dois anos a Capesaúde poderá fechar as portas", observou o diretor do sindicato e da associação, José Felipe Pereira. O servidor da Funasa, José Ribeiro, concorda com a auditoria e complementa: "Somos um plano de autogestão", lembra.

O também diretor do Sindsep-PE e da Asserfesa, Ramilsom Matos, defendeu a transferência de recurso da Capesesp para o Capesaúde e a reabertura do plano regional Nordeste. Sérgio Sônego explicou que a transferência de recursos do plano de previdência para o de saúde é ilegal. Quanto à volta da modalidade regional, o gestor explica que ele não pode voltar porque é deficitário.

Ramilson Matos ainda reivindicou a devolução do que foi pago a mais pelos usuários acima de 60 anos que conseguiram, por meio do Sindsep-PE, uma liminar suspendendo aumento abusivo aplicado pelo Capesaúde. Sônego informou que a decisão ainda não é final e, quando a Justiça determinar, eles devolverão.

O **esvaziamento** do Ministério da Saúde e o **desmonte** da **Funasa**

DEPOIS DE DÉCADAS DE EVOLUÇÃO NA ASSISTÊNCIA MÉDICA E COMBATE A ENDEMIAS NO BRASIL, GOVERNOS LIBERAIS INICIARAM UM PROCESSO DE ESVAZIAMENTO E DESMONTE DOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS POR PROMOVER A SAÚDE DA POPULAÇÃO E LIVRÁ-LA DE GRAVES DOENÇAS ENDÊMICAS. NOS TEXTOS A SEGUIR, O SINDSEP-PE MOSTRA A REAL SITUAÇÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E DA FUNASA, DOIS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS POR UMA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS MAIS IMPORTANTES: A SAÚDE.

FELIPE "Epdemias controladas voltaram a nos assolar"

Combate a endemias não é mais prioridade

O combate a endemias no Brasil nos remete ao final do século 19, quando houve um salto de qualidade nas atividades de controle de doenças, em decorrência do advento da microbiologia como ciência. O início do século 20 foi um suceder de estudos e combate a doenças como febre amarela, varíola, cólera, leishmaniose e chagas.

Esse avanço sofreu grande declínio na década de 1990, entre os governos dos presidentes Fernando Collor e Fernando Henrique. Em 1990, a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (Sucam), que era responsável pela vigilância sanitária, foi fundida à Fundação Serviços de Saúde Pública (FSESP), resultando na criação da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), que já nasceu em meio ao desmonte do serviço público.

Não foi à toa que os casos de dengue quadruplicaram durante o governo FHC. Em 1997, foram registrados 226.912 casos da doença no Brasil. Em 1994, eram 96.621. Ao invés de fortalecer o trabalho da Fundação, no ano de 2000 o governo federal repassou as atribuições do órgão para os estados e municípios, momento em que seus servidores passaram a ser cedidos a esses outros entes. A iniciativa seguiu uma tendência mundial e poderia até dar certo, não fosse a redução dos investimentos na área e a falta de fiscalização do uso dos recursos repassados pelo Executivo.

"Os estados e municípios não tinham estrutura logística para os servidores desenvolverem seus trabalhos. Então, começou a faltar veículos para deslocamento, equipamentos de segurança e material. E isso perdura até hoje. Epidemias que estavam controladas no país e em Pernambuco voltaram a nos assolar", destacou o agente de saúde do Ministério da Saúde e secretário de Finanças do Sindsep, Felipe Pereira. "Hoje, o governo Federal repassa até um bom montante em recursos. É um repasse de cerca de R$ 3 bilhões. Mas o acompanhamento do uso desses recursos é precário", complementou.

Em 2010, os servidores da Funasa ligados à vigilância epidemiológica passaram a ser lotados na Secretaria de Vigilância e Saúde (SVS) do Ministério de Saúde (MS). Hoje, em Pernambuco, o Ministério não tem sede própria, funciona no prédio da Sudene, possui 179 servidores na ativa, 2.357 cedidos aos governos estadual e municipais e 6.514 aposentados e pensionistas.

> "Os municípios não investem em uma política de vigilância epidemiológica"

Grande parte desses servidores cedidos estão escanteados em seus locais de trabalho. "Eles estão cedidos a municípios que muitas vezes não investem em uma política de vigilância epidemiológica. Muitos brigam muito para trabalhar. Outros acabam se acomodando com a situação", observou Ramilson Matos, secretário de Políticas Públicas do Sindsep e servidor do Ministério da Saúde.

Como a maioria dos servidores ativos está cedida a estados e municípios do interior, sempre que precisam resolver alguma pendência administrativa, como o comparecimento à junta médica quando acometidos por alguma doença, têm que se deslocar para o Recife. Além disso, como o Ministério da Saúde não aderiu ao Subsistema Integrado de Atenção à Saúde Servidor (Siass) a grande maioria dos servidores está, há cerca de 15 anos, sem realizar exames periódicos de saúde.

Assistência à saúde refém de interesses políticos

Em 1993, a Lei 8.689, de 27 de julho, extinguiu o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps), órgão que prestava assistência médica a milhões de brasileiros. Apesar da sua abrangência, o Instituto não garantia o direito universal e gratuito à saúde. Apenas os brasileiros que tinham contrato formal de trabalho tinham direito aos serviços. Mas a Constituição de 1988 consagrou o direito do acesso gratuito à saúde a todos os brasileiros. Dois anos depois teria início o processo de extinção do Inamps e a criação dos SUDS, mais tarde SUS.

Com a mudança, os servidores do Inamps poderiam ser redistribuídos para qualquer órgão da administração pública federal. Mas a maioria optou por ser relocada no Ministério da Saúde. Hoje, a situação desses servidores não está nada fácil. Eles são, muitas vezes, discriminados pelas gestões estaduais e municipais, sendo deixados de lado de processos de capacitação e requalificação profissional. Sofrem também perseguições políticas por parte de muitos gestores e recebem ameaças de ser devolvidos ao Ministério da Saúde.

"Ficamos reféns dos interesses políticos dos gestores e somos deslocados a seu bel prazer. Como o núcleo do Ministério da Saúde fica no Recife, muitas vezes muito distante das cidades onde os servidores estão lotados, as ameaças de devolução nos deixa submissos. A ameaça de devolução é uma forma de violência no trabalho, de assédio moral, uma das maiores queixas da categoria", comentou a diretora de Políticas Públicas do Sindsep, Lindinere Ferreira (foto), enfermeira do Ministério da Saúde.

Além disso, como o governo federal não tem mais a responsabilidade de contratar servidores para as unidades descentralizadas, a questão salarial passou a ficar em último plano. Os salários estão entre os mais baixos da administração federal. Esses servidores também não têm acesso a exames periódicos de saúde e têm que se deslocar ao Recife para realizarem perícias médicas.

No caso de Pernambuco, há um agravante ainda maior devido às terceirizações dos hospitais e unidades de pronto atendimento ligadas ao governo do estado. Nesses locais, há uma lógica gerencial onde a produtividade é o objetivo de todo o trabalho.

"A saúde das pessoas não pode ser tratada à base da produtividade. Com o fim do Inamps, aumentou o acesso do sistema de saúde para a população, mas a qualidade do serviço piorou muito, devido à falta de pessoal e estrutura. E isso tudo se deve a um problema gerencial. Porque o governo federal repassa recursos. Mas tudo é muito mal gerido", concluiu Lindinere.

> "As ameaças de devolução nos deixa submissos"

PROBLEMAS Diretores apontam dificuldades na Funasa

Atribuições reduzidas também na Funasa

Depois que as atribuições da vigilância epidemiológica da Funasa foram repassadas ao Ministério da Saúde, a Fundação passou a ter seu papel cada vez mais reduzido e grande parte dos seus servidores passaram a ser cedidos a estados e municípios. Em 2010, ela deixou de ser responsável pela atenção à saúde indígena. Hoje, compete à Funasa firmar convênios e fiscalizar as obras de saneamento básico em municípios com até 50 mil habitantes. Ela também atua em cidades maiores em parceria com outros ministérios e estados, e diretamente em assentamentos rurais, quilombolas e áreas ribeirinhas.

A Funasa formula e implementa ações de proteção à saúde relacionadas à vigilância em saúde ambiental e tem repassado recursos, por meio de convênios, aos municípios para elaboração dos planos municipais de saneamento básico. No entanto, os investimentos estão cada vez mais aquém das demandas. O último concurso realizado para o órgão foi em 2009 e, em Pernambuco, apenas quatro servidores ingressaram na Fundação. Hoje, o Estado conta com 146 servidores atuando na sede da Funasa, além de 44 terceirizados e 292 cedidos a estados e municípios.

"Estamos sem condição de atuar na análise e fiscalização dos convênios por causa da falta de pessoal, veículos sucateados e equipamentos depreciados. Muito do nosso trabalho está sendo terceirizado por empresas contratadas. E quem acaba penalizada é a população desses municípios que, por serem menores, já recebem poucos recursos e acabam ficando sem condições de investir em saneamento", alertou Luiz Marcos da Silva, diretor do Sindsep e servidor da Funasa. Os municípios que não elaborarem seu Plano Municipal de Saneamento Básico até 2016, ficarão impossibilitados de receber recursos para a área, conforme previsto em lei de 2007.

Os funcionários da Funasa também estão sofrendo com ameaças e a concretização da sua devolução por parte do governo do Estado e dos municípios. Recentemente, servidores do órgão ligados ao Hospital Regional de Palmares foram devolvidos, juntamente com servidores do Ministério da Saúde, para a 3ª Gerência Regional de Saúde, sem nenhuma justificativa. Segundo a diretora territorial de base do Sindsep, Carmem Campos, o laboratório do hospital foi repassado a uma empresa particular e o atual administrador resolveu abrir mão dos servidores que trabalhavam no local há cerca de 30 anos.

"Isso é uma das maiores tragédias que pode acontecer a uma pessoa. É uma tremenda falta de respeito. O servidor trabalha em um ambiente, desempenha bem suas funções e, de uma hora para outra, é mandado para outro lugar. Muitas vezes para outro município. Isso sem respeito nenhum a sua qualificação profissional", comentou Carmem.

NEGOCIAÇÃO

ACT Trabalhadores da Ebserh elegem representantes para negociar

Trabalhadores da Ebserh-PE de olho no **acordo coletivo**

Os trabalhadores da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), lotados no Hospital das Clínicas (HC) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), já escolheram seus representantes para participar das negociações do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2015/2016. Os eleitos foram o oncologista Gustavo Godoy e o fisioterapeuta Cláudio Gonçalves. A eleição ocorreu no dia 18 de março, em reunião realizada pela direção do Sindsep-PE, no auditório 3 da Biblioteca Central da UFPE.

A coordenadora geral do Sindsep-PE, Graça Oliveira, aproveitou a oportunidade para apresentar a entidade aos trabalhadores, muitos deles recém-corcursados. Ela falou sobre a história, a concepção de sindicato geral e a representação de base. "Somos um sindicato de trabalhadores do serviço público, sejam eles celetistas ou regidos pelo Regime Jurídico Único, o RJU", frisou a sindicalista. Graça também falou da importância dos representantes sindicais. "Eles são o elo entre o sindicato e a base. São responsáveis por levar as demandas dos colegas à direção sindical".

A reunião entre Sindsep-PE e empregados da Ebserh Pernambuco contou com a participação de Rosane Campos, da Ebserh Alagoas. Ela faz parte da comissão nacional do acordo coletivo e repassou os informes das últimas negociações com a direção da empresa pública e destacou a importância da filiação para o setor. "Precisamos pensar de forma coletiva, independente de nosso cargo no hospital, se médico, se enfermeiro ou técnico de enfermagem, isso não importa. Precisamos também do sindicato. É ele que nos dará suporte para a luta", disse Rosane Campos.

Como resultado dessa primeira reunião entre Sindsep-PE e empregados da Ebserh, foram realizadas várias filiações. A direção do sindicato deseja boas vindas a todos esses trabalhadores. "Que possamos lutar juntos e avançar nas conquistas", concluiu Graça Oliveira.

BOA IDADE

Protagonismo da **pessoa idosa** no Fórum sobre questões do **envelhecimento**

No dia 7 de abril, das 14h30 às 17h, tem Fórum sobre questões do envelhecimento, no auditório G1 da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). O tema a ser discutido é *O protagonismo social da pessoa idosa*. O evento - gratuito e aberto ao público - é uma parceria da Unicap com o Sindsep e conta com o apoio do Núcleo dos Aposentados e Pensionistas da entidade.

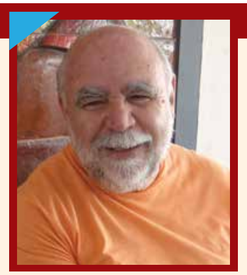
O fórum é realizado mensalmente, sempre em dias de terça, à tarde. O evento é uma iniciativa da Pró-reitoria Comunitária da Unicap. Em 2015, serão abordadas questões ligadas ao protagonismo da pessoa idosa. Até o final do ano serão trazidos os temas Direitos e Deveres da Pessoa Idosa; A arte na vida da pessoa idosa; O poder político da pessoa idosa; A pessoa idosa na era digital; Experiência e saberes da pessoa idosa; e A espiritualidade da pessoa idosa.

Programação 2015

Confira a programação do Fórum sobre Questões do Envelhecimento para o ano de 2015

- **7 de abril**
  O protagonismo social da pessoa idosa
- **12 de maio**
  Deveres e direitos da pessoa idosa
- **9 de junho**
  A arte na vida da pessoa idosa
- **11 de agosto**
  O poder político da pessoa idosa
- **15 de setembro**
  A pessoa idosa na era digital
- **13 de outubro**
  Experiência e saberes da pessoa idosa
- **10 de outubro**
  A espiritualidade na vida da pessoa idosa

GARRA | POLÍTICO **Michel Zaidan Filho** - Cientista político



Política criminal ou **criminosa** em **PE**?

Com a divulgação, pelos veículos de comunicação de massa, da morte de mais três detentos ou apenados no complexo prisional de Itamaracá e da chegada de uma força tarefa nacional de defensores públicos para ouvir os presos de Pernambuco, fica a pergunta que não quer calar: existe uma política criminal digna desse nome neste governo de Pernambuco? Aliás, a pergunta poderia se estender à política de saúde, transporte público, educação etc. Mas como a face mais visível do descalabro administrativo é a segurança pública e a política carcerária, somos obrigados a perguntar ao apadrinhado do ex-governador falecido: existe algo que possa se chamar de "política criminal" no Estado de Pernambuco?

Em primeiro lugar, é possível se falar em política criminal? O que é uma política criminal? Quais são os seus objetivos? A que ela se destina? Desde a Metafísica dos Costumes, Kant distingue a função retributiva da pena, das funções preventivas e reabilitadoras. Segundo o filósofo alemão, a função retributiva é a mais importante, pois a pena não deve ser instrumento para outro fim e, sim, um fim em si mesma: restaurar o que foi danificado pelo castigo, o mal infligido à vitima. Neste ponto, Kant adota a posição taliônica: dente por dente, olho por olho. A função retributiva deve restaurar ou compensar o que foi subtraído ou atingido pelo criminoso. Baseado no pressuposto ético da liberdade, autonomia e dignidade humanas, o filósofo admite a pena como um correlato à perda ou prejuízo da liberdade e da dignidade humana. Os criminalistas e juristas contemporâneos preferiram adotar as duas outras funções como mais importantes, tendendo a adotar a perspectiva utilitarista da pena e do castigo: causar menos dor e mais prazer ao maior número de pessoas possível.

> "Os detentos foram condenados à morte pelo Estado e só aguardam a execução da sentença"

Em segundo lugar, há o problema do fundamento moral (ou ontológico) da pena e do castigo. Quem é o responsável ou o titular da ação criminosa? O indivíduo, o Estado ou a sociedade? Se for o indivíduo, a posição kantiana está certa. Se for possível transferir a responsabilidade penal para o Estado ou a sociedade, temos o que se chama de abolicionismo penal. Mas existe também uma posição mais frequente que é a do terrorismo penal, aquela que defende que os indivíduos já nascem maus e devem pagar pela sua natureza criminosa ou potencialmente criminosa. Os que defendem essa visão são também a favor da antecipação da maioridade penal e da pena de morte, ou do emprego de biotecnologias para consertar o caráter originariamente criminoso das pessoas.

A questão é que o modelo de sociedade adotado (seus valores, sua forma de reconhecimento social) pode ser, ele mesmo, criminógeno, ou seja, estimular e incentivar práticas criminosas. E o próprio aparelho de segurança do Estado contribui muito para a violência. A propósito, é possível compatibilizar o princípio da dignidade humana com o universo carcerário, a cultura prisional ou o tratamento dispensado aos apenados pelo Estado? Se não for possível, temos de admitir que é uma enorme hipocrisia discutir "política criminal", talvez a palavra correta fosse "política criminosa", política de extermínio lento, silencioso e continuado dos presos, já que a função da pena seria apenas taliônica, nem prevenir nem reabilitar. Punir, punir e punir.

Essas considerações, inspiradas na leitura de uma tese de doutorado em filosofia do direito penal, vieram à tona a propósito do massacre ou genocídio que vem ocorrendo no sistema prisional de Pernambuco, com a omissão ou a concordância dos agentes públicos encarregados da custódia, do cumprimento da pena e a liberdade dos presos. As sucessivas rebeliões nos vários presídios do Estado, a superlotação carcerária, o atraso na aplicação da lei das execuções penais, a falta de pessoal, tudo isso leva a crer que os detentos de Pernambuco foram condenados à morte pelo Estado e só aguardam a execução da sentença, pelas mãos dos próprios apenados ou pela tropa de choque, para qualquer fim de semana.

Seria mais honesto ficar com a constatação desalentadora do sociólogo-jurista Luciano de Oliveira, quando diz que os miseráveis já não têm lugar na sociedade e que podem ser eliminados sem pena e sem dó. É o que ele chama de neofascismo. A política criminal do Estado de Pernambuco é neofascista, apesar de existir - na aparência - uma secretária da (in)justiça e dos (não)direitos humanos(?). E das declarações rotineiras e sem o menor sentido do atual secretário da pasta.

PELO MUNDO

Depois de Mujica, Uruguai jamais será o mesmo

No dia 1º de março, José Mujica, o mais popular dos presidentes uruguaios, repassou o comando do país para Tabaré Vázquez, eleito em novembro de 2014. Mujica deixa a Presidência para entrar na história como o chefe de Estado mais progressista do Uruguai, que comandou várias reformas estruturais no país. Entre os avanços, aprovou a união civil entre pessoas do mesmo sexo. Regulamentou a produção, venda e consumo da maconha; legalizou o aborto até a 12ª semana de gestação; e aprovou a Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual, que regulamenta a comunicação uruguaia, pondo fim na concentração midiática no país. "A pior ameaça que podemos ter é que alguém de fora, ou por baixo, ou por cima, acabe por se apropriar. Para ser mais claro: eu não quero que o Clarín ou a Globo sejam donos das comunicações no Uruguai".

PROMOÇÃO Antes do parabéns teve palestra sobre conjuntura política e atual

Sindsep-PE festeja aniversário com **formação política**

Aniversário com direito a bolo, parabéns e formação política. Foi assim que a direção do Sindsep-PE comemorou hoje com a base e os companheiros do movimento sindical, os 26 anos de lutas e conquistas da entidade. “Diante do momento conturbado em que vivemos, precisávamos fazer uma reflexão sobre a atual situação política do país e do servidor público. É nosso dever como sindicato combativo e cidadão”, explica a coordenadora geral do Sindsep-PE, Graça Oliveira.

As comemorações aconteceram na sede do Sindsep-PE, em Recife, por volta das 15h, com palestra do servidor aposentado do Incra e filiado ao sindicato, Abdias Vilar. Ele falou sobre aposentadoria no serviço público, tema que está pesquisando há mais de dez anos, fruto de sua tese de doutorado na Unicamp. Ele explica que a sociedade enxerga o trabalho como punição e a aposentadoria como um prêmio. Mas, no governo FHC, se aposentar virou pesadelo. Com as várias reformas na Previdência, os funcionários públicos foram praticamente expulsos dos seus órgãos. “Era uma verdadeira corrida contra o tempo”, diz ele. Vilar, por exemplo, se aposentou aos 49 anos e conhece pessoas que se aposentaram, de forma proporcional, com 41 anos.

Com base nessas histórias de aposentadorias precoces no serviço público e de como ficaram esses aposentados jovens, Abdias Villar produziu o livro *Antes do Futuro, o Destino - Trajetória de vida do servidor público aposentado*, lançado hoje, no aniversário do Sindsep-PE. Além de falar sobre as reformas do governo FHC, o autor lembra também os anos difíceis de Collor, que fez várias demissões e pôs em disponibilidade servidores produtivos e importantes para a máquina pública.

ANÁLISE POLÍTICA

Para fazer uma análise da conjuntura política do país, o Sindsep-PE convidou o sociólogo e ex-presidente da CUT-PE, Jairo Cabral. Sobre a onda de protestos sobre a corrupção, ele acredita que em parte é um reflexo do ódio de classes, mais uma vez os opressores contra os oprimidos. Por outro lado, essas manifestações reacionárias ganham força porque o modelo de governar do PT se exauriu. A coalizão adotada pelo partido para se manter no poder o afastou do debate nacional.

Muitos movimentos sociais e entidades sindicais, que no passado faziam oposição a governos conservadores, foram cooptados pelas políticas públicas do PT, enfraquecendo assim o seu discurso. Foi no bojo dessa inércia que uma onda conservada ganhou força”, dispara Cabral. O militante político aposta em algumas medidas para reverter essa situação. Para ele, o governo deve investir mais em serviços de inteligência em política externa.

ABDIAS VILLAR Aposentadoria virou pesadelo no governo FHC